

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239 www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI – SISTEMA FINANCEIRO Nº 005/2013 – VERSÃO 06

Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração direta do poder executivo do município de Domingos Martins e dá outras providências.

Versão: 06

Aprovação em: 30 de maio de 2022 **Ato de aprovação:** Decreto nº 4035/2022

Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda – Gerência de Contabilidade.

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias aos servidores que se afastarem em caráter eventual ou transitório para **outro município do território estadual** por qualquer motivo de trabalho; e aos Membros dos Conselhos Municipais, inclusive do Conselho Tutelar e seus assistidos, e às Crianças e Adolescentes acolhidas pelo abrigo institucional "Pecinhas para Unir", que se afastarem em caráter eventual ou transitório **para outro ponto do território municipal ou estadual** por qualquer motivo de atividades que lhe são conferidas.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange todas as Secretarias Municipais, no âmbito do Poder Executivo Municipal do Município de Domingos Martins.

CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

- I Diária: valor concedido para custeio de despesas com alimentação, quando beneficiário em serviço ou atividade do interesse público;
- **II Servidor**: pessoa física que presta serviços à Administração Direta, com vínculo empregatício ou ocupante de cargo exclusivamente em comissão;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 005/2013 - VERSÃO 06

- **III Membros de conselhos:** pessoas escolhidas para deliberar em conselhos ou organizações;
- IV Suplente de membro de conselho: aquele que supre uma falta ou que pode ser chamado a exercer as funções de outro, na falta deste;
- **V Conselhos municipais:** os Conselhos Municipais, ou populares, são espaços compostos por representantes do poder executivo e da sociedade civil, para deliberação sobre temos específicos;
- **VI Conselho Tutelar:** órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;
- **VII Abrigo:** o abrigo é uma instituição que recebe crianças/adolescentes desprotegidos, vítimas de maus-tratos e em estado de abandono social;
- **VIII Vulnerabilidade social:** conceito multidimensional que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social.

CAPÍTULO IV BASE LEGAL

Art. 4º A presente Instrução Normativa tem como base legal a seguinte legislação: Artigos nº 87 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 056/2022, Decreto Normativo nº 3.956/2022, Lei Municipal nº 3.053/2022 e Decreto Normativo nº 4.033/2022.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

- **Art. 5º** São responsabilidades da Secretaria Municipal da Fazenda Gerência de Contabilidade como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:
- I promover a divulgação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;
- II orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;
- **III** promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Unidade Central de Controle Interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão;
- Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras Secretarias:
- I atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização;
- II alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre as alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
- **III –** manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 005/2013 - VERSÃO 06

- **IV** cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.
- **Art. 7º** São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno:
- I prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;
- II através da atividade de auditoria interna, avaliar periodicamente a eficácia dos procedimentos de controle inerentes à liberação e concessão de diárias, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS

- **Art. 8º** As diárias serão concedidas por dia de afastamento e destinam-se a indenizar despesas de alimentação:
- I dos servidores, quando em realização de cursos, treinamentos, e ou execuções de serviços fora do município de Domingos Martins;
- II dos membros titulares, suplentes e/ou eleitos dos conselhos municipais que se afastarem em caráter eventual ou transitório para outro ponto do **território municipal ou estadual** por qualquer motivo de atividades que lhe são conferidas. Excepcionalmente para o Conselho Tutelar, as diárias também serão concedidas as crianças, adolescentes e seus familiares em situação de risco e vulnerabilidade social, quando ocorrerem atendimentos;
- **III –** das crianças e adolescentes acolhidas pelo Abrigo Institucional "Pecinhas para Unir", quando estiverem em deslocamento para atendimento para outro ponto do **território municipal ou estadual.**
- **Art. 9º** Cada solicitação de diária deverá ser autorizada previamente pelo Gerente, Coordenador e/ou Secretário da Pasta, na qual o beneficiário estiver lotado, observando em todos os casos se a diária atende aos interesses da administração pública;
- § 1º É de responsabilidade do Gerente, Coordenador e ou Secretário da Pasta o preenchimento adequado e correto do formulário de solicitação de diárias (Anexo I e Anexo II), onde todos os campos deverão estar devidamente preenchidos, sendo que o não preenchimento de todos os campos implicará na não concessão da diária.
- § 2º Compete ao Gerente, Coordenador e/ou Secretário da Pasta, verificar a real necessidade da concessão da diária, bem como os horários e valores estabelecidos nos Decretos Normativos nº 3.956/2022 e nº 4.033/2022.
- § 3º O motivo da viagem deve ser preenchido de maneira clara e objetiva, identificando de forma completa a que se destina;
- § 4º Os formulários de diárias devidamente preenchidos, deverão ser entregues na sala de pagamento de diárias, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, para recebimento do valor devido:

INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI Nº 005/2013 - VERSÃO 06

- **Art. 10** Quando se tratar de diária para participação em reunião, fórum, palestra, seminários, congressos, dentre outros, o beneficiário deverá entregar o formulário já assinado, obrigatoriamente com os documentos necessários para comprovação da necessidade da viagem, que são:
- I Convocação; ou
- II Carta de aceite e ou confirmação de inscrição; ou
- III Convite/folder ou cronograma do fórum / reunião / palestra / seminário /congresso;
- **Art. 11** Os valores das diárias estão estipulados no Decreto Normativo nº 3.956/2022 e Decreto Normativo nº 4.033/2022:
- I R\$ 50,00 (cinquenta reais) para período de afastamento superior a 12 (doze) horas, sem pernoite.
- II R\$ 40,00 (quarenta reais) para período de afastamento igual ou superior a 06 (seis) horas e inferior a 12 (doze) horas, quando a saída do Município ocorrer antes das 11 horas.
- **Art. 12** As solicitações de diárias deverão ser feitas com antecedência de 01 (um) dia útil da sua utilização, salvo diárias em caráter de urgência, devidamente justificadas.
- § 1º A solicitação de diárias deverá ser preenchida de acordo com os **Anexos I e II** desta Instrução Normativa, conforme a sua finalidade;
- **Art. 13** Serão restituídas, em sua totalidade, as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento <u>ou não ocorrer sua comprovação conforme</u> Art. 10.

CAPÍTULO VII CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Art. 14** As propostas de concessão de diárias, cujo afastamento iniciar-se a partir de sextafeira, ou as que incluam sábados, domingos e feriados, deverão apresentar clara justificativa.
- **Art. 15** Esta instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins-ES, 30 de maio de 2022

WANZETE KRUGER

Prefeito Municipal

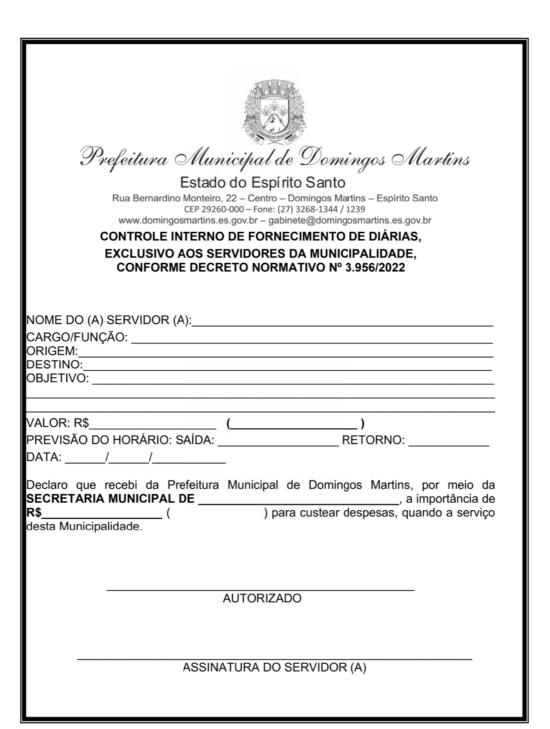
MÁRCIA D'ASSUMPÇÃO

Controladora Interna

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO

Secretária Municipal da Fazenda

ANEXO I



ANEXO II

